azambuja
A evolução é natural

ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 12 DE DEZEMBRO DE 2012

----Aos doze dias do mês de Dezembro de dois mil e doze, pelas 20h20m, reuniu a Assembleia Municipal de Azambuja, no Auditório Municipal do Páteo do Valverde em Azambuja, com seguinte Ordem do Dia. ----------

ORDEM DO DIA

1.	Reorganização dos Serviços Municipais	82/P/2012
2.	Área de Reabilitação Urbana II de Azambuja	84/P/2012
3.	Área de Reabilitação Urbana III de Manique do Intendente	85/P/2012
4.	Redução de Taxa aplicada ao Estacionamento de Veículos por Ocupação de Via Pública	16/VSL/2012
5.	Acordo AdO	86/P/2012
6.	Assembleia Intermunicipal da CIMLT - Substituição de 3 Elementos (Lista A)	
7.	Informação nº 17/P/2012-DAF (Demonstrações Financeiras 1º Semestre 2012)	

---- Presidiu à Mesa o seu Presidente, Senhor António Pratas Cardoso, e secretariaram a reunião a Sra. D. Vera Lúcia, 1ª Secretária e o Sr. Francisco Alberto dos Santos Jerónimo, 2º Secretário. ----------

---- Encontravam-se presentes os Deputados Municipais Senhores, Dina Teresa Sousa Patrício, Armando Adrião Calixto, António Francisco Nunes Godinho, António José Rodrigues, António Luís Lavado dos Reis, António Manuel Montez Amaral, Daniel Albino Lopes Claro, David José Pinto Mendes, Fernando Emídio Costa, Francisco António Galvão Morgado, Herculano Valada Martins, Hermínia Eva Leal Mota Abreu, Isabel Maria Franco Corrêa, Joaquim Luís Lobato, Joaquim Marques de Jesus Oliveira, José Luís Marques dos Santos, José Manuel Isidoro Pratas, António Rodrigues Torrão, Lúcio Manuel Cardador Costa, Manuel da Silva Simões Ramos, Manuel Maria Pereira Valadares Couceiro, Maria de Lourdes Firmino Piriquito, Nuno Miguel Monteiro Gonçalves, António Barros de Andrade, Rita Adriana Gonçalves Domingos, Carlos Alberto Nabais e Sério Paulo Rodrigues Ramos Jorge. ----------

----Em representação da Câmara Municipal estiveram presentes os senhores Joaquim António Sousa Neves Ramos, Presidente, Luís Manuel Abreu de Sousa, Vice-Presidente, Ana Maria Correia Ferreira, Marco António Martins Leal Pereira, Silvino José da Silva Lúcio e António Jorge Lopes, Vereadores. ----------

---- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal interveio para saudar todos os presentes e para informar que os Srs. Deputados Municipais António Batista Marques,

Praça do Município, 19 | 2050 - 315 Azambuja | Nº Geral: 263 400 400 | Fax: 263 400 413 | Site: www.cm-azambuja.pt | E-mail: geral@cm-azambuja.pt
Município de Azambuja

Luís Eduardo Salvaterra e Pedro Raimundo Coelho iriam ser substituídos, respetivamente, pelos Senhores Armando Adrião Calixto, Carlos Antunes Nabais e António Barros de Andrade.----------
Posto isto, e estando constituída a Mesa e havendo "quórum", o Sr. Presidente da Assembleia informou que estavam reunidas as condições para dar início aos trabalhos. ----------
Mais informou que, juntamente com os documentos inerentes a um dos pontos da ordem do dia, foi anexado, por lapso, um outro documento que não faz parte de nenhuma das matérias que irão ser discutidas nesta sessão. Disse também que, sendo esta uma sessão extraordinária, apenas havia o período antes da ordem do dia destinado ao público. ----------

ANTES DA ORDEM DO DIA

---- O Sr. Presidente da Assembleia perguntou se havia no público quem quisesse intervir. - ----------
---- Interveio o Sr. Canha, munícipe, para dizer que a postura de alguns deputados municipais nalgumas sessões da Assembleia Municipal não tem sido a mais correta, nomeadamente, a do Sr. José Manuel Pratas e do Sr. Presidente da Junta de Vila Nova da Rainha. A seguir apelou ao Sr. Presidente da Câmara para reabrir as piscinas e para tentar recuperar o esteiro, a casa branca e o palácio, antes de concluir o seu mandato. ----------
---- Antes de entrar na ordem do dia, o Sr. Presidente da Assembleia deu conhecimento da posição tomada pela Associação de Municípios sobre a extinção/agregação de freguesias. ----------

ORDEM DO DIA

1. Reorganização dos Serviços Municipais 82/P/2012

---- O Sr. Presidente da Câmara interveio para fazer a apresentação da matéria constante deste ponto. ----------
---- Interveio o Sr. Deputado Municipal Lúcio Costa para dizer que o partido socialista apoia esta medida e, por isso, votá-la-á favoravelmente. ----------
---- A seguir, interveio o Sr. Deputado Municipal Daniel Claro. Começou por pedir desculpa, na parte que lhe toca, assumindo as suas responsabilidades, pelo que se passou na última sessão da assembleia, especialmente ao Sr. Presidente da Mesa por qualquer problema eventualmente criado ao andamento dos trabalhos. ----------
Relativamente à matéria em discussão quis saber se o pagamento de despesas de representação, face à lei, é ou não obrigatório ou se apenas se trata de uma prorrogativa que a Câmara tem de pagar ou não, uma vez que a lei diz que podem ser abonadas de representação, sob proposta da Câmara à Assembleia Municipal. A ser assim pediu também que lhe fosse entregue o documento justificativo do abono de despesas de representação, que num diretor é de 300€/Mês e num chefe de divisão é de perto de 200€/mês. Aconselhou um maior cuidado nos documentos que são enviados à assembleia porque, em bom rigor, esta proposta não poderia hoje ser votada se não fosse o espirito da boa colaboração com a Câmara. O Sr. Deputado disse que o documento que está na sua posse contém anotações e alíneas acrescentadas à mão e, para além do mais, truncadas porque não tem o final. De acordo com o Sr. Deputado Municipal, em documentos oficiais, que têm repercussão ao nível do funcionamento da Câmara Municipal, isto não é aceitável. Referiu também que a Câmara tinha duas hipóteses, do ponto de vista de metodologia, de fazer este organigrama. A lei contempla duas formas. Uma estrutura hierarquizada e

uma estrutura matricial. O Sr. Deputado disse defender uma estrutura mista para haver a possibilidade de, com maior rigor legal, fazer unidades de projeto, até porque a Câmara tem em mãos alguns projetos que mereceriam a criação clara e inequívoca, com o apoio da Assembleia Municipal, de unidades de projeto, tais como, o Plano Diretor Municipal, a Reabilitação Urbana e, provavelmente, mais alguns que, ao nível social, serão necessários implementar. Estas são questões muito importantes que não devem ser deixadas apenas ao livre arbítrio do Executivo Municipal e à discricionariedade do Sr. Presidente da Câmara. Devem envolver o Concelho inteiro por forma a obter uma pronúncia clara e inequívoca do Órgão que, mais amplamente, representa os munícipes em termos de expressão geográfica. No que respeita ao organigrama em si, disse que o mesmo apresenta defeitos. As linhas não estão ligadas, não se percebe bem por ter sido sujeito a colagens e tem também anotações feitas à mão. Disse ainda que, no seu entender, e com as competências da Câmara, a educação é uma componente determinante na atividade da Autarquia. É a única que pode marcar a diferença na competitividade do concelho em relação aos restantes. Por conseguinte, este organigrama demonstra uma clara desvalorização da educação relativamente a outras áreas. Apesar de não discordar que haja uma subunidade orgânica para o ambiente, salientou não perceber como é que não existe uma estrutura especializada em termos educativos. Na sua opinião este organigrama está conforme, do ponto de vista legal, mas politicamente foi feito propositadamente em cima do joelho. Por todas estas razões, o Sr. Deputado Municipal informou que o BE irá votar contra. ----------

---- Interveio a seguir o Sr. Deputado Municipal António José Rodrigues. Em relação a este documento disse que, quando é referido, entre outros fundamentos, a legislação em vigor aponta para uma maior desburocratização, a nível dos serviços municipais e centrais, para uma racionalização de meios, para uma eficiência da afetação de recursos públicos e, sendo ele um critico confesso das metodologias impostas neste país pela troika, lhe está a parecer que, neste aspeto, a vinda desta a Portugal está a ser benéfica, em especial para o concelho de Azambuja, impondo condições para a extinção da EMIA. Até aqui existia um esbanjamento completo de recursos quer por parte da Administração Local que da parte da Administração Central. Disse não concordar que a troika imponha sacrifícios aos portugueses retirando-lhes regalias sociais, direitos na saúde, nomeadamente, a trabalhadores, pensionistas, etc. Olhando para o Município de Azambuja, acerca de 8/10 anos, tem sido um esbanjamento de dinheiro para pagar ordenados a amigos. Os empregados amigos sem formação académica e a amigos com qualificação académica. Referiu que, no tempo em que exerceu o mais alto cargo na Câmara Municipal de Azambuja, eram apenas dois eleitos a tempo inteiro. O Presidente e um Vereador. Dois técnicos, um engenheiro e um arquiteto. Atualmente, a Câmara tem mais de 20 técnicos especialistas, 5 Vereadores, incluindo o Presidente, a tempo inteiro. O mais caricato, segundo o Sr. Deputado Municipal, é o facto de, nos últimos anos, a Câmara ter vindo a esvaziar as suas competências, entregando-as à EMIA, alienando serviços como são os casos da concessão das águas e da recolha dos resíduos sólidos. Tudo isto, de per si, implicava que houvesse uma redução do quadro de pessoal, a nível técnico e a nível dos eleitos locais a tempo inteiro. Com a perca de receitas nos últimos anos, que se cifra em cerca de dez milhões de euros, justificava-se que a Câmara reduzisse de imediato o número de Vereadores a tempo inteiro e o número dos quadros técnicos que estão no município por vezes subaproveitados. No entanto, para continuar a manter esta situação aumentam-se as contribuições aos munícipes deste

Praça do Município, 19 | 2050 - 315 Azambuja | Nº Geral: 263 400 400 | Fax: 263 400 413 | Site: www.cm-azambuja.pt | E-mail: geral@cm-azambuja.pt

concelho. No que concerne às alíneas acrescentadas manualmente, o Sr. Deputado disse que este documento não poderá, desta forma, fazer fé em lado nenhum. --------
Por último, o Sr. Deputado aproveitou para censurar a proposta 83/P/2012, que foi fotocopiada indevidamente e enviada aos Deputados Municipais com a documentação, apesar do Sr. Presidente da Mesa já ter dado a justificação de se ter tratado de um lapso. Disse que o Rancho Folclórico Etnográfico de Manique do Intendente foi criado por elementos desavindos do Rancho da casa do Povo de Manique do Intendente. Deram-lhe nome e compraram as instalações. Uma parte através de empréstimo bancário e outra parte com subsídios da Câmara. Pretendem agora vender essas mesmas instalações à Câmara a um preço muito superior ao do custo, não se percebendo a lógica deste tipo de investimento, e com a EMIA a fazer parte desta transação; na opinião do Sr. Deputado Municipal esta empresa serve para tudo, mais parecendo um chapéu-de-chuva para abrigar de ilegalidades a Câmara Municipal. ----------
---- O Sr. Deputado Municipal Herculano Martins pediu a palavra para dizer que o Rancho Folclórico Etnográfico de Manique do Intendente comprou estas instalações em 2004 por sessenta mil euros. Fez lá um investimento talvez uns 40/50 mil euros, o que dá um valor um pouco superior a cem mil euros. Ao pretenderem agora vendê-las por 26 mil euros, o Sr. Deputado Municipal acha que existe aqui "gato escondido com o rabo de fora". Disse também não fazer sentido a Câmara pretender adquirir estas instalações quando tem em Manique a Casa da Câmara "às moscas" desde que de lá saiu a GNR. No seu entender, como o rancho tem uma dívida à caixa agrícola, esta venda servirá para liquidar esse empréstimo e a Câmara emprestará as instalações ao rancho. ----------
---- O Sr. Presidente da Câmara interveio para prestar os esclarecimentos solicitados. Sobre as intervenções dos Srs. Deputados Municipais António José Rodrigues e Herculano Martins disse que, por uma questão de respeito pela Assembleia Municipal, não iria responder sobre este incidente de fotocopiadora. Fá-lo-á na próxima reunião da Assembleia Municipal, no período antes da ordem do dia para os Senhores Deputados se, nessa altura, assim o entenderem. ----------
O Sr. Presidente da Câmara lamentou, no entanto, que o Sr. Deputado Municipal António José Rodrigues, tivesse vindo a esta sessão, debaixo de um constrangimento de saúde, para dizer coisas que não deviam ser ditas por uma pessoa que já foi Presidente da Câmara e por, nesse tempo, ter enchido a Câmara com membros do partido comunista, como é do domínio público. Disse ter-se ficado a saber que o PCP acha que pagar a pessoas pela sua valia técnica é um esbanjamento de dinheiro. Ficou-se a saber também que o tempo em que o Sr. Deputado foi Presidente de Câmara situou-se na pré-história do poder local, quando o quadro técnico dos Municípios estava resumido a um engenheiro, que até fazia de arquiteto. Todavia, os tempos evoluíram muito e com a complexidade dos assuntos, a generalidade das Câmaras tem um corpo técnico muito significativo, que reporta grandes benefícios para a gestão municipal. ----------
Posto isto, o Sr. Presidente pediu ao Sr. Deputado para lhe dizer, de entre as chefias da Câmara desde 2002, quem era filho, primo, amigo ou apaniguado de quem. --------
Sobre a diminuição do quadro de pessoal, disse que o mesmo não foi reduzido porque se recebeu cerca de 80 pessoas do Ministério da Educação. O facto de se ter concessionado as águas e o facto de haver um contrato de prestação de serviços dos

resíduos sólidos não são razão para haver uma redução efetiva dos quadros da Câmara, em termos técnicos, porque a atribuição e a responsabilidade continua a ser da Câmara. O Sr. Presidente disse ainda não compreender a obsessão do Sr. Deputado Municipal para despedir pessoas. ----------

Quanto às questões colocadas pelo Sr. Deputado Daniel Claro, disse que se houvesse mais uma pequena margem tinha criado uma estrutura autónoma para a educação, mas não tem porque a lei limita este tipo de intervenções. Relativamente a este documento, o Sr. Presidente esclareceu que a Assembleia Municipal só tem que se pronunciar sobre a criação dos departamentos e sobre o número de divisões. Quanto aos nomes e às competências é matéria da exclusiva competência da Câmara, como a lei determina. No que diz respeito às despesas de representação, o Sr. Presidente explicou que, apesar de ter havido alterações à lei, elas continuam a ser obrigatórias. ----------

---- O Sr. Deputado Municipal António José Rodrigues interveio para dizer que não tinha afirmado que a Câmara tinha que despedir pessoas. O que disse foi que a Câmara tinha vindo a esvaziar serviços, transferindo-os para a EMIA através de concessões e, por esse motivo, não tinha tido necessidade de contratar tantos técnicos. Disse ter dito também que, com as poucas competências que existem atualmente na dinâmica da Câmara, não se justificava a existência de 5 Vereadores a tempo inteiro, devendo serem dispensados. Seria suficiente, na sua opinião, o Presidente e um Vereador. ----------

---- Interveio o seguir o Sr. Deputado Municipal Daniel Claro dizendo que se tinha referido à educação porque o Sr. Presidente da Câmara, na apresentação deste assunto, disse que ainda podia ter criado mais um chefe de divisão. A sua opinião é que esta área não pode estar dependente de uma pessoa e, por isso, terá de haver uma estrutura claramente definida para o concelho. No que concerne às ajudas de custo, o Sr. Deputado referiu que existem casos em que elas se justificam e que, face a algumas situações que aconteceram no passado, que são conhecidas e não valia a pena voltar a referi-las, haveria que ter uma análise cuidada para que se pudesse aferir se não poderia haver uma poupança para a Câmara num momento em que existem tantas dificuldades para os munícipes. Do ponto de vista legal disse também saber que o Sr. Presidente poderia apenas apresentar aqui as respetivas autorizações e a Câmara e o Sr. Presidente da Câmara fariam, discricionariamente, o que entendessem. Numa altura em que é preciso materializar e mobilizar os munícipes, seria importante haver sinais políticos de reestruturação estratégica da Câmara. ----------

---- O Sr. Deputado Municipal David Mendes pediu também a palavra para dizer que, como vem sendo hábito, em documentos desta natureza, a CDU ir-se-á abster na votação, por considerar que é uma matéria da inteira responsabilidade de quem ganha as eleições. Referiu também que este é um organigrama simples, e como acredita nas coisas simples, pensa que o mesmo não significará pior trabalho desde que as pessoas sejam trabalhadoras e competentes. Declarou que com a redução de competências que o município tem vindo a ter e com as que ainda vai ter com as comunidades intermunicipais, a Câmara Municipal tem, efetivamente, 2 Vereadores a mais. ----------

Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia colocou a proposta nº 82/P/2012 à votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria, com 18 votos a favor do PS, 10 abstenções (6 da CDU e 4 da Coligação PFNT) e 1 voto contra do BE. -

Praça do Município, 19 | 2050 - 315 Azambuja | Nº Geral: 263 400 400 | Fax: 263 400 413 | Site: www.cm-azambuja.pt | E-mail: geral@cm-azambuja.pt

2. Área de Reabilitação Urbana II de Azambuja **84/P/2012**

---- A apresentação desta proposta foi feita pela Sra. Vereadora Ana Ferreira. ---------

---- O Sr. Deputado Municipal Daniel Claro pediu a palavra para falar sobre os pontos negativos indicados no estudo, desde a dificuldade de mobilidade dos deficientes na Vila de Azambuja, resultante da recuperação urbana, a falta de passeios e, também, à errada construção de passeios. Disse que todos estes aspetos foram, por diversas vezes, aqui referidos, quer por munícipes, quer por deputados municipais. Na sua opinião algumas situações tinham sido fáceis de resolver e não foram pelo que aguardava que fossem agora definitivamente sanadas. ----------

---- Não havendo intervenções nesta matéria, o Sr. Presidente da Mesa colocou a proposta à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. ----------

3. Área de Reabilitação Urbana III de Manique do Intendente **85/P/2012**

---- A Sra. Vereadora Ana Ferreira fez, igualmente, a apresentação desta proposta. -

---- Não havendo intervenções nesta matéria, o Sr. Presidente da Mesa colocou a proposta à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. ----------

4. Redução de Taxa aplicada ao Estacionamento de Veículos por Ocupação de Via Pública **16/VSL/2012**

---- O Sr. Vereador Silvino Lúcio interveio para fazer a apresentação da matéria contante deste ponto. ----------

----- Pediu a palavra o Sr. Deputado Municipal David Mendes querendo saber quantos lugares irão ser afetados com a proposta do Stand, uma vez que os números indicados pela Câmara são, atualmente, de 17, sendo que com a nova proposta serão 49. -------

---- O Sr. Deputado Municipal Daniel Claro pediu também para intervir nesta matéria. Disse ser completamente contra à transformação de espaço público noutros fins por hasta pública. Mesmo que, em tese, estivesse de acordo, essa transformação tinha que passar sempre pela modificação do espaço, até porque esta proposta não coloca uma questão de base. Os carros vão ser colocados nas faixas laterais e no topo e ao meio ficará estacionamento livre. Prevendo a hipótese de alguém ir a sair do estacionamento e abalroar uma viatura pertencente ao stand, o Sr. Deputado Municipal quis saber a quem pertence a responsabilidade. A mistura de espaço público de estacionamento com espaço comercial é, na sua opinião, completamente destituída de sentido. Metade do estacionamento devia de ser sequencial para que a outra metade pudesse, sem qualquer risco, ser ocupada por estacionamento público. Quanto à transformação daqueles lugares, disse ser desejável que o estacionamento dentro de Azambuja seja ordenado, chamando, por isso, a atenção, que quando isso acontecer, aqueles parques irão ser necessários. Assim, a consagração da concessão em hasta pública implica responsabilidades e direitos adquiridos. Acrescentou que estas sugestões servirão apenas para uma proposta futura, uma vez que a de hoje não pode ser votada. A proposta que a Câmara Municipal lhes apresentou refere que serão pagos 2€/dia, esquecendo a formulação. Deveria, assim, vir referido na proposta 2€/dia por veículo. Se a proposta for à votação tal como está o Sr. Deputado informou que apresentará uma declaração de voto de vencido dizendo que existe aqui uma violação ao CPA, concretamente no estipulado no seu art.º 123. ------

---- A seguir interveio o Sr. Deputado Municipal Herculano Martins querendo saber como é que se pode fazer uma redução desta taxa sem alterar o regulamento de taxas e licenças. ----------

---- O Sr. Vereador Silvino Lúcio tomou a palavra para prestar os devidos esclarecimentos. ----------
No que diz respeito ao número de lugares disse que são em função do pedido. O espaço ocupado é taxado ao dia/lugar. No pedido é logo referido o número de carros e o período de tempo que o espaço vai estar ocupado. Referiu ainda o Sr. Vereador que o regulamento em vigor diz muito claramente que é ocupação do lugar carro/dia. ----------
---- O Sr. Deputado David Mendes voltou a intervir dizendo haver aqui uma relação evidente entre a carta do Stand José Oliveira e a proposta da Câmara, porque ela menciona expressamente José Augusto Oliveira, sendo que a proposta dele é de 1000€ que perfazem 17 lugares. O Sr. Deputado voltou a perguntar se são só aqueles 17 lugares que se pretendem, porque lhe parece existir uma falta de relação entre o que ele propõe e aquilo que a Câmara decidiu na proposta. Como este valor confere uma alteração ao regulamento, o Sr. Deputado quis saber se o valor 2€/dia/veiculo é para todo o resto de Azambuja ou é apenas para este parque de estacionamento. ----
---- O Sr. Vereador interveio novamente explicando que a Câmara está a fazer uma relação entre a taxa anterior e a atual e, em função do espaço ocupado, cada viatura pagará 2€/dia e estende-se a toda a gente. ----------
---- O Sr. Deputado Municipal Herculano Martins interveio para anunciar que irá votar contra, e para apresentar a seguinte Declaração de Voto: ----------
"De acordo com o Regulamento e Tabelas de Taxas Licenças e Preços do Município de Azambuja, em vigor desde novembro de 2010, prevê no nº 13.9 do artigo 12º da respetiva tabela, no âmbito do exercício de comércio, industria, fins publicitários ou promocionais, uma taxa no montante de 2,55€/dia a cobrar por cada veículo estacionado na via pública. ----------
Assim sendo não poderá ser votada nesta Assembleia Municipal a redução referida na proposta 16/VSL/2012, para o valor de 2E/dia o estacionamento de veículos, uma vez que não foi votada qualquer alteração à tabela de Taxas e Licenças do Município. ----------
Pelo que o meu voto é contra esta proposta.----------
Herculano Valada Martins ----------
---- Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia colocou a proposta nº 16/VSL/2012 à votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria, com 27 votos a favor (19 do PS, 4 da CDU e 4 da Coligação PFNT) e 2 votos contra (1 da CDU e 1 do BE). ----------
5. Acordo AdO 86/P/2012
---- O Sr. Presidente da Câmara interveio para fazer a apresentação desta proposta.
-----Pediu para intervir nesta matéria o Sr. Deputado Municipal David Mendes. Começou por dizer que um bom acordo seria não ter havido nenhum, já que o valor que se vai pagar via PAEL incorpora os juros, pelo que se irá pagar mais juros em cima desses juros. Sendo este um acordo parcial, o Sr. Deputado perguntou qual foi a parte que ficou de fora e qual o montante. Quis também saber em que datas foram efetuadas os pagamentos constantes da cláusula I-1ª no valor de € 1.550.784,22 e da Cláusula I-3ª no valor de € 951.798,20. ----------
---- A seguir interveio o Sr. Deputado Municipal Daniel Claro. Referiu que este processo, do ponto de vista político, o entristece. Apesar de enaltecer o trabalho desenvolvido pelos serviços técnicos da Câmara Municipal, sem esquecer o trabalho

Praça do Município, 19 | 2050 - 315 Azambuja | Nº Geral: 263 400 400 | Fax: 263 400 413 | Site: www.cm-azambuja.pt | E-mail: geral@cm-azambuja.pt Município de Azambuja

do Sr. Presidente da Câmara e do Sr. Vereador Silvino Lúcio, em termos de estratégia, disse que esta tem sido uma matéria de enorme preocupação para o BE, recorrentemente aqui colocada, sem nunca ter tido uma explicação cabal por parte do Sr. Presidente das Câmara, até surgir a Assembleia de 26 de Abril. Nessa sessão, já houve uma tentativa do Sr. Presidente, ainda que a responsabilidade seja de todo o executivo socialista, para dar uma explicação aos Deputados Municipais quando disse que tinha chegado a um acordo global com a Águas do Oeste, só faltando um pequeno acerto de uma parte, que estava a ser discutida se devia ser paga em três ou oito anos conforme fosse feito para a AMO. Informou que quando reuniu com o Sr. Eng.º Bourgard ele foi taxativo quando disse que foi possível chegar agora a um acordo parcial. Todavia, nessa altura, o Sr. Presidente não disse o que falou aqui hoje. Por tudo isto, é opinião do Sr. Deputado Municipal que, do ponto de vista político, este assunto merece uma análise muito cuidada. Comunicou também que a seguir à votação o BE ditará para a ata um requerimento a pedir a inclusão numa próxima assembleia municipal de um ponto para a apresentação de uma moção de censura à Câmara relacionada com esta matéria. A Câmara municipal deixou de pagar, provavelmente bem, à Águas do Oeste porque tinha um diferendo relativamente à capacidade que aquela empresa tinha na execução de obras que eram devidas neste Município e acumulou uma divida de cerca de 2 milhões de euros. Ao mesmo tempo foi recebendo dinheiro da água aos munícipes. Tendo a Câmara 2 milhões do lado de cá e tendo recebido mais 2,4 milhões da Águas do Oeste, este assunto já lhe rendeu cerca de 4,4 milhões de euros, não tendo a previdência necessária de provisionar uma conta com dinheiro suficiente para, quando chegasse a acordo, fazer face ao pagamento exigido. Constata-se hoje que a Câmara utilizou 4,4 milhões de euros a fazer obra, mas os munícipes terão de voltar a pagar pela água que já pagaram e pelos empréstimos que o Sr. Presidente vai ter que contrair durante um prazo de muitos anos. No seu entender, este é um assunto extremamente grave, do ponto de vista de gestão, a juntar às mentiras recorrentes, do ponto de vista político, de que esta Assembleia foi vítima durante anos a fio. Resumindo: recebeu o dinheiro, não pagou, voltou a receber e a não pagar, e agora falta o acordo precisamente na matéria que levou a que a Câmara não pagasse à Águas do Oeste, ou seja, voltou-se ao ponto inicial, tendo que pagar uma quantidade enorme de dinheiro àquela empresa. Posto isto, inquiriu se a Câmara vai, mesmo assim, continuar a não pagar à Águas do Oeste. De acordo com as palavras do Sr. Eng.º Bourgard, confirmadas pelo Dr. Ricardo Portela, o que falta neste acordo parcial, e não global, são muitos milhões, que vão levar muitos anos a discutir, porventura com recurso à via judicial, sendo por isso que se está a preparar a minuta com o Dr. Manuel Rodrigues para ser apresentada à Câmara. O Sr. Deputado Municipal terminou a sua intervenção dizendo que esta é que é a situação gravíssima que o Executivo levianamente criou a este Município. ----------

---- O Sr. Deputado Municipal José Manuel Pratas interveio dizendo que a sua intervenção iria ser divida em três partes. Uma para elogiar os técnicos da câmara pelo acordo conseguido até agora. Outra, para se congratular pela opinião do Sr. Deputado Daniel Claro quando reconheceu que se tratava de um bom acordo para a Câmara. Por último, disse não concordar com a moção do BE uma vez que não fazia sentido o Sr. Deputado apresentá-la quando achava que se tratava de um bom acordo. ----------

---- O Sr. Presidente da Câmara interveio novamente. Disse que iria desmontar a tentativa de manipulação dos factos por parte do Sr. Deputado Daniel Claro, embora admitisse que foi, talvez, por desconhecimento da matéria. O Sr. Presidente disse que se tinha confirmado hoje a relutância que por vezes tem em pôr os Srs. Deputados ou Vereadores, com um determinado cargo político, em contacto direto com os técnicos da municipais, porque muitas vezes é de facto para os esclarecer mas, depois, é manipulado para tentar demonstrar à evidência que os técnicos estão muito bem e os políticos é que fizeram mal. Explicou que as negociações são eminentemente políticas suportadas em documentos técnicos. Referiu que, desde sempre, foi informando a Assembleia Municipal e a Vereação de todas as movimentações com a Águas do Oeste e quando diz que chega a um acordo global com uma determinada entidade, pretende dizer que chegou a um acordo em linhas gerais e sobre as quais ainda existem certas matérias que têm de ser observadas. Na informação que é prestada aos deputados municipais nas reuniões ordinárias, foi criado um capítulo específico relativo às relações com aquela empresa. Todavia, acrescentou não poder informar os Senhores Deputados de coisas que não existem ou de coisas que não estão ainda firmadas. Para desmistificar a situação de que o Eng.º Bourgard disse que ainda havia uma coisa de milhões de euros, o Sr. Presidente esclareceu que poderiam ficar só por este acordo, que contém os assuntos de índole financeira e de prestação de serviços diretamente quantificáveis, como fizeram outras Câmaras que aceitaram tudo. Todavia existe uma segunda questão, um processo completamente inédito em termos nacionais, que é o facto de haver um conjunto de prejuízos intangíveis, que são os prejuízos ambientais e sociais decorrentes de uma determinada atuação desta empresa concessionária do Estado. Esta matéria está a ser analisada, desde á um ano para cá, com um técnico especializado na matéria, para tentar apurar uma metodologia de quantificação. Esta matéria está a ser trabalhada mas ainda é desconhecida pelas Águas do Oeste. --------
O Sr. Presidente explicou que os munícipes não irão pagar a água duas vezes e as receitas decorrentes do recebimento da água foram utilizadas em obras fundamentais para os munícipes. Mais explicou que a Águas do Oeste nunca entrou com dinheiro para o Município de Azambuja, por isso é que foi dizendo sempre que os pagamentos àquela entidade eram por conta da dívida e não por liquidação de fatura. ----------
---- O Sr. Deputado Municipal Daniel Claro voltou a pedir a palavra para dizer que fez menção expressa ao Sr. Presidente da Câmara e ao Sr. Vereador Silvino Lúcio pelo papel que tiveram nesta matéria e para recordar à Assembleia que a Águas do Oeste tinha uma dívida da Câmara Municipal de Azambuja de um milhão e novecentos mil euros em Dez de 2011 e já entregou à Câmara dois milhões e quatrocentos mil euros. Referiu que não iria apresentar a moção de censura e também não iria dar qualquer resposta mais ao Sr. Presidente da Câmara por duas razões fundamentais. Em primeiro lugar pelo respeito pessoal e intelectual pelo Sr. Presidente da Câmara e, em segundo lugar, pelo respeito institucional. ----------
---- O Sr. Deputado Municipal David Mendes interveio a seguir dizendo que, pelo esclarecimento dado, poderá concluir que os pagamentos referidos anteriormente foram executados ao longo de alguns anos estando, assim, em clara contradição com aquilo que o Sr. Presidente tem vindo a afirmar, reiteradamente, nas sessões de câmara a que tem assistido e até nalgumas assembleias municipais em resposta a

Praça do Município, 19 | 2050 - 315 Azambuja | Nº Geral: 263 400 400 | Fax: 263 400 413 | Site: www.cm-azambuja.pt | E-mail: geral@cm-azambuja.pt

perguntas suas. Ficou-se a saber hoje que a Câmara Municipal acumulou uma dívida à Águas do Oeste no valor de € 3.885.082,42, que irá ser salva através do PAEL. Na sua opinião, esta não é a melhor forma de agir, até porque se irão pagar juros 6% sobre um milhão e trezentos mil euros com um "spread" de 5,6%. Salientou que o melhor acordo seria não ter havido acordo. Concluiu perguntando ao Sr. Presidente da Câmara se estava realmente a pensar gastar dinheiro em juristas, pareceres, tribunais para se ressarcir de danos ambientais, uma vez que esta ideia lhe parecia descabida e apenas iria servir para trazer, no futuro, mais despesas para os munícipes. ----------

---- O Sr. Presidente da Câmara interveio dizendo que os encontros de contas foram feitos em Dezembro de 2006, Março de 2007 e em Março de 2010, em função do que a Águas do Oeste ia aceitando da valorização do património, tendo sempre o cuidado de manter com eles uma dívida que os mantivesse sob pressão. ----------

---- O Sr. Dr. Portela interveio para explicar que as taxas de juro mencionadas pelo Sr. Deputado Municipal constam de facto neste acordo, só que na prática não vão ter esse efeito porque o financiamento desta dívida foi todo candidatado ao PAEL. A taxa que prevalecerá será a do PAEL, cujos valores estimados são de 2,6%. ----------

---- Não havendo outras intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia colocou a proposta nº 86/P/2012 à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 19 votos a favor do PS, 5 votos contra (4 da Coligação PFNT e 1 do BE) e 5 abstenções da CDU. ----------

---- O Sr. Deputado Municipal Daniel Claro interveio para dizer que o BE votou contra o acordo não deixando de valorizar o esforço que, do ponto de vista técnico, foi feito pelos Serviços da Câmara Municipal e o acompanhamento que nesta matéria específica foi feito pelo S. Presidente da Câmara e pelo Sr. Vereador do Pelouro. Não obstante, aquilo que está aqui em causa é que, tendo a Câmara contraído para com a Águas do Oeste uma dívida em função de uma indemnização que reclamava por serviços não prestados, ao fim de todo este tempo, consubstanciado neste acordo, se havia chegado à seguinte situação: Aquilo que motivou o não pagamento à Águas do Oeste mantem-se hoje em dia e a Câmara vai ter de pagar através do PAEL uma verba que ronda um milhão e quinhentos mil euros. De tudo isto resultou um claro prejuízo para o Município de Azambuja que terá de ser suportado pelos seus munícipes. ----------

6. Assembleia Intermunicipal da CIMLT - Substituição de 3 Elementos (Lista A)

---- Pelo Grupo do PS foi apresentado como Candidato o Deputado Municipal Sr. José Luís Marques dos Santos ----------

Realizada a eleição por voto nominal e secreto, foi apurado o seguinte resultado: ----

Votos a Favor: 20. ----------

Votos em Branco: 7. ----------

Foi Declarado eleito o Deputado Municipal o Sr. José Luís Marques dos Santos do PS, para a Assembleia Intermunicipal da CIMLT. ----------

7.Informação nº 17/P/2012-DAF (Demonstrações Financeiras 1º Semestre 2012)

---- O Sr. Deputado Municipal Daniel Claro interveio querendo saber se a orçamentação, descrita nas demonstrações financeiras, é para o ano inteiro, tendo-lhe sido, de imediato, respondido afirmativamente. Nesse sentido, reportando-se à discussão que houve sobre a taxa dos resíduos sólidos, partindo do princípio que os consumidores pagam todos os meses e a receita que vem aqui mencionada é a que

efetivamente os consumidores pagam, quis saber a razão pela qual no primeiro semestre os consumidores pagaram cerca de 400 mil euros e no resto do ano pagam menos. ----------

---- A Sra. Dra. Irene Lameiro, Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro, interveio para explicar que a Águas de Azambuja não faz mensalmente as transferências das verbas para a Câmara, até porque no próprio contrato previa-se, inicialmente, o acerto trimestral, mas a Câmara tem vindo a fazer pressão para que os pagamentos sejam mensais. Apesar de não ter consigo os dados, a Sra. Diretora disse que em Janeiro tinha sido feita uma transferência de um valor mais substancial. Mensalmente, em média, a Câmara está a receber cerca de 45/48 mil euros. ----------

---- O Sr. Deputado Daniel Claro quis também saber o valor do pagamento à ECOAMBIENTE. ----------

---- A Sra. Diretora informou que nesta rubrica orçamental, para além da ECOAMBIENTE, se pagava também à VALORSUL e a outros serviços, mas desde os últimos meses do ano passado se estava a pagar à ECOAMBIENTE mensalmente 65.000,00 euros. ----------

APROVAÇÃO DA MINUTA

---- O 1º Secretário da Mesa passou à leitura, em voz alta, da minuta da acta da presente reunião, findo o que foi a mesma colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. ----------

----Esta acta foi aprovada por minuta no final da reunião, por a Assembleia Municipal o ter deliberado, nos termos do nº 3, do artº 92º, da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, com a nova redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro. ---------

ENCERRAMENTO

----Eram vinte e três horas e quarenta minutos, quando o Sr. Presidente da Mesa, fazendo uma breve alusão aos tempos utilizados, deu por encerrada a reunião. -------

---- Para constar se lavrou a presente ata, a qual depois de distribuída por todos os membros, foi assinada pela Mesa. ----------

Praça do Município, 19 | 2050 - 315 Azambuja | Nº Geral: 263 400 400 | Fax: 263 400 413 | Site: www.cm-azambuja.pt | E-mail: geral@cm-azambuja.pt
Município de Azambuja